

DÍVIDA

O plano

Brady, luz no fim do túnel.

Na entrevista concedida em Londres, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, também se pronunciou sobre o plano norte-americano para a redução da dívida externa dos países latino-americanos, conhecido como Plano Brady, elaborado pelo secretário do Tesouro, Nicholas Brady.

— Novas idéias estão surgindo rapidamente, tanto a nível dos bancos credores quanto dos governos dos países industrializados. O novo plano norte-americano pode ser uma luz no fim do túnel, é um passo na direção correta. Estamos esperando os detalhes. Temos informações de que já na reunião do comitê interino do FMI, dias 3 e 4 de abril, poderão ser conhecidos alguns dos detalhes.

A expectativa do Grupo dos 8 (devedores da América Latina) — revelou o ministro — não se limita ao Plano Brady, mas também a outras iniciativas que estão aparecendo.

— Já não há mais dúvida hoje, entre nós e os industrializados, de que a solução para a dívida passa necessariamente pela redução do estoque, ou diretamente por uma redução das taxas de juros. Em Amsterdã, na reunião do BID, soubemos de bancos dispostos a entrar em acordo com os devedores, pelo qual manteriam o valor de face dos empréstimos, prolongariam o prazo e receberiam um juro pequeno, a taxa fixa.

Mas um plano desses contaria com o apoio dos governos?

— Há uma atitude de cautela entre os países industrializados. Mas algumas idéias já vêm sendo praticadas. No caso brasileiro, o acordo com os bancos já incorporou algumas delas. Na opinião de Maílson, os devedores também deveriam dar uma contribuição importante na solução.

— Nossos interlocutores enfatizam muito a questão da conversão da dívida em capital. Alguns dizem que empresas nacionais deveriam participar do processo, através do repatriamento do capital que retorna.

Está chegando o momento — na interpretação do ministro da Fazenda — de serem tentadas saídas que permitam aos países a negociação de **waivers** (perdão) com o bloco de bancos europeus, japoneses ou americanos.

— Para cada um pode surgir uma solução diferente. Não estou dizendo que isto represente o fim do comitê dos bancos, nem que o Brasil deve negociar de banco a banco, o que seria impossível.

Maílson percebeu estar havendo um esforço, principalmente do Grupo dos 7, para a aceleração das discussões, de modo a levar a um programa concreto que entre em debate na reunião de cúpula do grupo, dia 14 de junho.

O que se deve discutir — na visão do ministro — não envolve as quantias a serem mandadas ao Exterior pelo Brasil.

— A discussão com nossos interlocutores é no sentido de encontrar maneiras para que o Brasil se torne novamente um importador de capital. Não é conveniente ao Brasil ser um exportador de capital a qualquer nível. O conveniente é tornarmos a receber pelo menos 2% do PIB, o que está dentro de nossa experiência histórica. Foi isto que nos permitiu, na década de 70, investir até 25% do PIB. Agora só estamos investindo 16%, o que significa minar o futuro.

BID